



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

CHAMADA PÚBLICA Nº.05/2025

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2025

Id contratação PNCP: 95719449000110-1-000091/2025

Processo Administrativo 69/2025

CONTRATANTE

ENTRE RIOS DO OESTE – PR - UASG 985529

OBJETO

CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA CREDENCIAMENTO, A FIM DE CONTRATAÇÃO PARALELA E NÃO EXCLUDENTE DE EMPRESAS **E/OU CORRETORES AUTÔNOMOS** PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA LOCAÇÃO, COMPRA E VENDA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

DATA INICIO PARA PROTOCOLO:

A partir das 08h00min do dia 17/04/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 05/2025

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2025 - PROCESSO Nº 69/2025

Id contratação PNCP: 95719449000110-1-00091/2025

O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Rua Tocantins, 600, centro, Município de Entre Rios do Oeste, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 95.719.449/0001-10, representado pelo Prefeito o senhor **JAIR BOKORNI**, brasileiro, portador do CPF número XXX.578.839-XX, no uso de suas prerrogativas legais, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, e demais legislações aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados, que está procedendo ao **CHAMADA PÚBLICA**, na forma do disposto na Lei Federal nº 13.133/21, da Resolução nº 028/2011, de 06 de outubro de 2011 e Instrução Normativa nº 061/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Lei Federal 13.019/2014 e do Decreto Municipal 021/2021.

A abertura para análise e julgamento dos documentos apresentados dar-se-á em sessão pública, que serão conduzidos pelo Sr.(a) Volnei Elisandro Heinzmann e Leocir Ferreira de Mattos, Agentes de Contratação, e pela Equipe de Apoio, integrada por: Leocir Ferreira de Mattos, Alessandra Cristina Biesek, Volnei Elisandro Heinzmann, Andrei Sehn, Silvane Roselei Kolling Hister, Gelson Cesar Korte, Graciele Irmã Pioner, Taisa Klein Schuvaab e Tiago Antonio Machado, designados através da Portaria de nº 016/2025 de 02 de janeiro de 2025.

DATA INICIAL PARA PROTOCOLO: À partir das 08h00min do dia **17 de abril de 2025**

A FORMA DE ENVIO DAS PROPOSTAS: As propostas juntamente com os documentos de habilitação, deverão ser protocolados através de Processo Digital, diretamente no site do Município <https://entrieriosdooeste.atende.net/>. Segue o caminho: (autoatendimento >> emissão de protocolo >> assunto: licitações >> subassunto: Chamamento Público).

Conforme Art. 5º. Da Decreto 11.878 de 09 de janeiro de 2024, o credenciamento ficará permanentemente aberto durante a vigência do edital.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente Chamamento de interessados para credenciamento, a fim de contratação paralela e não excludente de empresas **e/ou corretores autônomos** para a prestação de serviços na realização de avaliação de imóveis para locação, compra e venda, no âmbito do município de Entre rios do Oeste.

2. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão participar deste certame as interessadas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos:

2.2. Poderão participar desta chamada pública os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), conforme Art. 10 do Decreto federal 11.878 de 09 de janeiro de 2024.

Art. 10. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no SICAF e apresentar requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para o fornecimento dos bens ou para a prestação dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

2.2.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. FONTE DE RECURSO

3.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo	Ano
951	06	01	2178	33390390500	1505	2025

4. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 As empresas deverão comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica da empresa, por meio da apresentação dos documentos constante no Termo de referência.

4.2. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em plena validade. Caso em algum documento não conste o prazo de validade, este será considerado válido em até 180 (cento e oitenta) dias após a data de emissão.

4.3. Se atendidas todas as exigências do edital de credenciamento, será realizado processo de ineligibilidade de licitação com o(s) fornecedor(es) credenciado(s).

4.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, desde que previsto no edital, poderá ser substituída por registro no SICAF.

5. Procedimentos de verificação

5.1 Documentos protocolados serão abertos em sessão pública que acontecerá na Sala de Reuniões da Prefeitura sito a Rua Tocantins, 600, Centro, Entre Rios do Oeste/PR e transmitida via on-line pelo link do youtube (pelo link: <https://www.youtube.com/@setorlicitacoesero>) e permanecerá gravada para futuras consultas.

5.2. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, exceto em sede de diligência, para:

5.2.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes quanto aos documentos apresentados; ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

5.2.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação.

5.2.3. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

5.2.4. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no [art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

5.2.3.3. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no [art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14 de agosto de 2006](#).

6.5. RESULTADO

6.5.1. A Comissão de Licitação divulgará o resultado da habilitação em até 48 horas após a sessão pública transmitida via link do youtube (pelo link: <https://www.youtube.com/@setorlicitacoesero>).

7. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido.

7.1.1. A impugnação de que trata o item acima, se houver, poderá ser encaminhada via e-mail, no endereço eletrônico: setorcompras.er@hotmail.com, ou ser protocolada no Setor de Protocolos localizado na Rua Tocantins, 600, Centro do Município de Entre Rios do Oeste/Pr, de segunda a sexta-feira no horário das 07:30 a 11:30h e das 13:30 as 17:00 horas.

7.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis técnicos da Administração Municipal, decidir sobre a impugnação.

7.2.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada, nos autos do processo de licitação.

8. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1. Após a etapa de habilitação e julgamento, qualquer representante presente poderá manifestar sua intenção de recorrer em face do julgamento dos documentos de habilitação ou do ato de inabilitação, sob pena de preclusão, ficando a Autoridade Superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.2. O fornecedor que quiser recorrer deverá automaticamente apresentar as razões recursais, as quais deverão ser protocolados via protocolo eletrônico que trata o preâmbulo deste edital e item 2.4 do termo de referência.

8.3. Os demais fornecedores, desde logo, ficarão intimados a apresentar suas contrarrazões, as quais deverão igualmente ser protocolados eletronicamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, após o recebimento do recurso.

8.4. Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

9. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

9.1 O Agente de Contratação encaminhará o resultado desta chamada pública, juntamente com os relatórios/atas e demais peças relacionadas, ao Senhor Prefeito Municipal, para a homologação e adjudicação.

9.2 Após esses procedimentos, os resultados desta chamada pública será publicado no Diário Oficial do Município (<https://publicacoesmunicipais.com.br/eatos/entrierios>) para conhecimento público.

10. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Será firmado contrato, minuta, que constitui parte integrante do presente edital, cujas cláusulas e condições são reguladas pela Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021.

10.1. Após a autoridade máxima homologar o resultado desta chamada pública, o vencedor será convocado para assinar Termo Contratual, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município de Balneário Rincão, sob pena de decair o direito à contratação.

10.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

10.2. As obrigações contratuais, forma e condições de pagamento, reajuste, repactuação e recebimento do objeto, e outras obrigações exigidas na Lei Federal nº. 14.133/2021, conforme o caso, estão descritas no Termo de Referência e demais anexos que são partes integrantes deste edital.

11. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O fornecedor/contratado será responsabilizado administrativamente, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº. 14.133/2021, pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- m) A não apresentação de amostras, quando solicitadas, será considerada infração, nos moldes das alíneas E e F acima citadas.

11.2. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão aplicadas pela Autoridade Máxima do Município.

11.3. O processo administrativo para aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021, seguirá o rito Decreto Municipal nº. 031/2023, instaurado por comissão específica, conforme provocação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

11.3.1. Após concluído o processo administrativo, a comissão processante encaminhará seu relatório e parecer conclusivo à autoridade máxima para decisão final, a necessária homologação e as devidas providências administrativas.

11.3.2. No caso de aplicação de multa, conforme prevê o inciso II do art. 156 da lei federal nº 14.133, de 2021, serão observadas as situações relacionadas no Art. 66 do Decreto Municipal nº. 31/2023, assegurado a ampla defesa.

11.4. A aplicação das penalidades previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.3 O Agente de Contratação poderá tolerar o não cumprimento de alguma exigência de caráter eminentemente burocrático, descrito no presente edital, desde que tal tolerância venha em defesa do interesse público e não se constitua num desvio substancial da proposta ou relevar omissões puramente formais, desde que não será infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

12.4 Nenhuma indenização será devida as proponentes em razão da elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente edital de chamada pública.

12.4 A apresentação da proposta implica na aceitação plena e total das condições deste edital, sujeitando-se a proponente as sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº. 14133 de 2021.

12.4 Atendida a conveniência da administração, ficam as proponentes vencedoras obrigadas a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões de que trata no artigo 125 da Lei Federal nº. 14.133 de 2021.

12.5 O vencedor assumirá integralmente e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que por ventura venham a incidir sobre o objeto do presente edital.

12.6 A administração poderá declarar o chamamento público deserto, quando nenhuma das propostas satisfizer o objeto, o projeto e/ou as especificações, ou ainda, evidenciar que tenha havido falta de competição ou conluio entre os fornecedores.

12.7 Onde este edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei Federal nº. 14.133 de 2021, reservando-se ainda a administração, o direito de revogar no todo ou em parte o presente edital, sem que dessa sua decisão possa resultar, em qualquer caso, reclamação ou indenização por parte das proponentes.

13. RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES

13.1 - Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

13.4 - Maiores informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste, sita a Rua Tocantins, 600, centro, Entre Rios do Oeste, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou através do fone (45) 3257-1268.

14. DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder o **DESCRENCIAMENTO**, em casos de má prestação dos serviços, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

14.2. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

14.3. A Administração Municipal efetuará a distribuição da demanda dos serviços de forma igualitária, nos seguintes termos:

14.3.1. Cada uma das empresas credenciadas será responsável em executar os serviços solicitados, de forma alternada, em conformidade com a ordem de serviço expedida pelo Município;

14.3.2. O início da prestação dos serviços se dará em conformidade com a ordem cronológica de credenciamento, sendo que a primeira empresa que apresentar os documentos de forma regular e for, consequentemente, credenciada, será a primeira a prestar o serviço no mês vigente e assim sucessivamente;

14.3.3. A empresa que prestar o serviço aguardará as demais credenciadas prestarem os serviços, para, em seguida, ser convocada novamente a executar os serviços;

14.3.4. Caso haja o credenciamento de novas empresas durante a vigência do credenciamento, a nova credenciada será integrada no sistema de rodízio, em conformidade com as disposições de distribuição igualitária da demanda previstas neste edital.

14.4. Os valores estipulados somente poderão reajustados, após 12 meses de vigência do contrato, com concordância entre as partes, observada a variação do INCP do período.

14.5. É vedada a transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse contrato.

14.6. O Município reserva-se o direito de exigir, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, a comprovação de regularidade fiscal das empresas credenciadas, sendo que estas deverão obrigatoriamente comprovar o recolhimento dos respectivos encargos.

14.7. O pagamento será efetuado mensalmente, de acordo com os serviços prestados. Para a realização dos pagamentos as empresas deverão apresentar, até o 5º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a nota fiscal e o relatório de serviços efetuados.

15. DO DESCREDENCIAMENTO

15.1 O órgão credenciante poderá realizar o credenciamento quando houver:

I – pedido formalizado pelo credenciado;

II – perda das condições de habilitação do credenciado;

III – descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV – sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

15.2 O pedido de credenciamento de que trata o inciso I do item 16.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

15.3 Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do item 16.1, além do credenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

15.4 Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

15.5 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

16. ANEXOS

16.1 - Integra o presente instrumento:

Anexo I – Termo de Referência

Apêndice Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Anexo II – Modelo de Requerimento para Credenciamento;

Anexo III – Modelo de Formulário de dados;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Situação de Regularidade;

Anexo V - Modelo de Declaração de Inexistência de Empregados Menores;

Anexo VI – Proposta de Preços;

Anexo VII – Minuta do Contrato;

Anexo VIII – Roteiro para envio dos documentos de habilitação e proposta;

Anexo IX – Cesta de Preços.

Entre Rios do Oeste, Estado do Paraná, 16 de abril de 2025.

ALCINDO SCHNEIDERS

Secretaria de Administração e Finanças

JAIR BOKORNI

Prefeito